

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 204/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2023
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA POSSIBILITAR O ACESSO DE ALUNOS RESIDENTES NAS COMUNIDADES RURAIS DE QUILOMBO, PONTEVILA, LUCIANOS, SEGREDO, MOITA FRIA, CAPOEIRA GRANDE, BARRA MANSA, CÓRREGO SECO, PADRE TRINDADE, BOA ESPERANÇA E IMEDIAÇÕES À REDE ESCOLAR DO MUNICÍPIO E PARA ENTREGA DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA ESTES ALUNOS A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: a partir das 08horas e 31min do dia 04/01/2024.

SITE PARA A REALIZAÇÃO DO PREGÃO:
www.licitanet.com.br

ESCLARECIMENTOS/PEDIDOS:
pregoeirosformiga@gmail.com

REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília - DF.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS / ENCAMINHAMENTOS
Endereço: R: Barão de Piumhi, 92 A, Centro. Formiga/MG - CEP: 35570-128.
Setor de Licitações
Aos cuidados do (a) Pregoeiro (a)
Telefone: (37) 3329-1844 -
E-mail: pregoeirosformiga@gmail.com

CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: Nos sites www.licitanet.com.br e www.formiga.mg.gov.br

O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,05 (cinco centavos).

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 204/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2023
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Pelo presente processo, o Município de Formiga torna pública a realização de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO. O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá integralmente a Lei nº 10.520/02, a Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores e o Decreto 10.024/2019, Lei Complementar nº 123/06 com a redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014 e pelas demais normas e condições estabelecidas neste edital e seus anexos. O Pregão será conduzido pelo (a) Pregoeiro (a), auxiliado pela a Equipe de Apoio, conforme designação das Portarias nº 4.287 de 19 de fevereiro de 2021, Portaria nº 4.288 de 19 de fevereiro de 2021, Portaria nº 4.289 de 19 de fevereiro de 2021, Portaria nº 4.314 de 09 de março de 2021, Portaria nº 4369, de 20 de abril de 2021, Portaria nº 4.501 de 05 de agosto de 2021 e Portaria nº 5.022 de 03 de janeiro de 2023. Para consulta e conhecimento dos interessados, o protocolo do Edital permanecerá afixado no quadro de avisos localizado na Rua Barão de Piumhi, nº 92 – 1º andar, Centro – Formiga MG, cuja cópia poderá ser obtida através do Site www.formiga.mg.gov.br, pelo endereço www.licitanet.com.br, do e-mail: pregoeirosformiga@gmail.com ou de requerimento dirigido ao(s) Pregoeiro(s) na Diretoria de Compras Públicas do Município de Formiga-MG, no horário de 08:00 às 16:00 horas.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 04/01/2024

HORÁRIO: 08horas e 31min

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br

1. DO OBJETO

1.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA POSSIBILITAR O ACESSO DE ALUNOS RESIDENTES NAS COMUNIDADES RURAIS DE QUILOMBO, PONTEVILA, LUCIANOS, SEGREDO, MOITA FRIA, CAPOEIRA GRANDE, BARRA MANSA, CÓRREGO SECO, PADRE TRINDADE, BOA ESPERANÇA E IMEDIAÇÕES À REDE ESCOLAR DO MUNICÍPIO E PARA ENTREGA DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA ESTES ALUNOS A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Constituição Federal dispõe sobre a educação como princípio para o desenvolvimento da sociedade brasileira, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Os alunos, em especial os que moram na zona rural ou bairros afastados, possuem inúmeras dificuldades para manter-se na escola, uma delas é o transporte. Desta forma, apenas o oferecimento do ensino público gratuito, muitas vezes, não é suficiente para permitir o acesso desse aluno na escola ou mesmo para assegurar a sua permanência no ensino. Daí a obrigação do poder público de oferecer além do ensino, outros complementos que possibilitam o acesso e a permanência do educando no ambiente escolar. O transporte escolar é um deles, o que justifica esta contratação.

2.2. Também com o objetivo de assegurar o cumprimento da Lei nº 13.415/2017 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do Ensino Médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais, a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais publicou a RESOLUÇÃO SEE Nº 4.657/2021, de 12 de novembro de 2021, que dispõe sobre as matrizes curriculares destinadas às turmas do 1º ano do Ensino Médio, com início em 2023 na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais, essa estabelece em seu “Art. 5º - O Ensino Médio Diurno terá carga horária diária de 6 (seis) módulos-aula de 50 (cinquenta) minutos, totalizando 30 (trinta) módulos-aula semanais e seguirá a matriz curricular”. Com essa alteração na carga horária, passa-se a ter a necessidade de assegurar oferta de transporte escolar para os estudantes residentes e domiciliados na área rural do município de Formiga, que deverão frequentar as aulas no horário correspondente entre 7 horas as 12h20min. Diante do exposto, solicita-se, da Secretaria Municipal de Educação de Formiga, a abertura de processo licitatório de transporte escolar para o atendimento da referida ampliação da carga horária dos alunos dos 1º anos do Ensino Médio residentes e domiciliados em área rural do município de Formiga, uma vez que a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004 e medida provisória 455/2009 garante o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos da educação básica.

2.3. A entrega de materiais pedagógicos é para assegurar aos alunos o processo de ensino aprendizagem.

3. ANEXOS

3.1. Integram este edital os seguintes anexos: Termo de Referência (**Anexo 01**), Minuta de Contrato de Prestação de Serviços (**Anexo 02**), Planilha de Preço Médio (**Anexo 03**) e Calendário Escolar 2024 (**Anexo 05**).

4. DA MODALIDADE

4.1. Optou-se pela modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA** regida pelo Decreto Federal 10.024/2019, pela Lei nº 10.520/2002 e de forma subsidiária pela Lei Federal nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores, considerando-se que esta modalidade de licitação é aplicada em aquisição de bens comuns pelo menor preço. Os itens que compõem o objeto são classificados como bens – equipamentos e acessórios - em conformidade com o disposto no artigo 1º, parágrafo único da Lei nº 10.520/02.

4.2. Este PREGÃO é do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar do Pregão somente empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, que atenderem a todas as exigências deste edital e seus anexos.

5.2. A licitante deverá estar regularmente cadastrada junto ao LICITANET – Licitações Online no sítio: www.licitanet.com.br.

5.3. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis no site detentor da plataforma eletrônica (www.licitanet.com.br).

5.4. O referido pagamento/remuneração possui amparo legal no inciso III do art. 5º da Lei nº 10.520/02.

6. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTE PREGÃO:

6.1. Não poderão participar desta Licitação empresas que se enquadre em uma ou mais das seguintes situações:

a) Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município de Formiga, durante o prazo da sanção aplicada;

b) Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

c) Empresa cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste procedimento licitatório;

d) Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, estão localizadas no mesmo endereço ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

e) Empresas com sócios em comum para o mesmo lote/item, pois afronta os princípios da moralidade, impessoalidade e isonomia, interferindo diretamente na competitividade do certame.

f) Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme art. 9º inciso III da Lei 8666/93.

g) Não poderão participar ainda aquelas que tenham no quadro da empresa de sócios com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de servidores que pertencem ao órgão licitante e ocupa cargo que possam influenciar na licitação.

6.2. As vedações do item 6.1 e suas alíneas são de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

7. CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

7.1. O edital completo encontra-se no site www.formiga.mg.gov.br, e www.licitanet.com.br.

7.2. Todas as alterações, retificações ou esclarecimentos que porventura se fizerem necessários serão publicados no site www.formiga.mg.gov.br sendo que o acompanhamento destas informações será de total responsabilidade das licitantes.

7.3. Se for solicitado pela licitante (via e-mail ou telefone), o edital também poderá ser enviado por email, não sendo necessário o pagamento do custo do edital.

- 7.4.** As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame, obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site www.formiga.mg.gov.br, visando ao conhecimento de possíveis alterações e avisos.
- 7.5.** Os pedidos de esclarecimentos sobre o Edital poderão ser encaminhados preferencialmente para o e-mail pregoeirosformiga@gmail.com ou, ainda, protocolizados no Setor de Licitações, dirigidas ao(a) Pregoeiro(a), até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para recebimento das propostas.
- 7.6.** A petição deverá ser assinada pelo cidadão, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública)
- 7.7.** As respostas do(a) Pregoeiro(a) às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por e-mail e disponibilizadas nos sites www.formiga.mg.gov.br e www.licitanet.com.br, ficando acessíveis a todos os interessados.
- 7.8.** No site citado serão disponibilizadas, além das respostas, outras informações que o(a) Pregoeiro(a) julgar importantes, razão pela qual os interessados devem consultar o site com frequência.
- 7.9.** Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por cidadão até o 2º dia útil, e por licitantes até o terceiro dia útil, que anteceder a abertura das propostas, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o endereço eletrônico pregoeirosformiga@gmail.com, ou protocolizadas no Setor de Licitações, dirigidas ao(a) Pregoeiro(a), que deverá decidir sobre a petição.
- 7.10.** A petição deverá ser assinada pelo cidadão, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública).
- 7.11.** O Município de Formiga/MG não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pelo(a) Pregoeiro(a), e que, por isso, sejam intempestivas.
- 7.12.** Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 7.13.** A decisão do (a) Pregoeiro (a) será enviada ao impugnante por e-mail, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e será divulgada no site deste Município para conhecimento de todos os interessados.

8. DO CREDENCIAMENTO NA LICITANET – LICITAÇÕES ONLINE

8.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de Home Broker, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

8.2. O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos conforme subitem 5.3.

8.3. O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto ao **LICITANET – Licitações On-line**, ou canceladas por solicitação do licitante.

a) A manutenção ou alteração da Senha de acesso será feita através de pedido do licitante junto ao Atendimento Online (CHAT) do site LICITANET – Licitações On-line, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.

8.4. É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo a Licitanet – Licitações On-line e nem a Prefeitura Municipal de Formiga – MG a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.5. O cadastramento do licitante junto a Plataforma de Pregão Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao certame.

8.6. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: (34) 3014-6633 e (34) 9807-6633 ou pelo e-mail: contato@licitanet.com.br.

9. DO CADASTRO NO APLICATIVO HABILITANET

9.1. O Habilitanet constitui um aplicativo de gestão de documentos da LICITANET – LICITAÇÕES ON-LINE.

9.2. A habilitação dos fornecedores em licitação pertinente à aquisição de bens e serviços, inclusive de obras e publicidade, deverão ser comprovadas por meio de prévia e regular inscrição cadastral no **HABILITANET**, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

9.3. O Credenciamento junto ao aplicativo **HABILITANET** permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão Eletrônico.

9.4. Para a habilitação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá estar tempestivamente credenciado no aplicativo HABILITANET, devendo encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no item 18, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

10. DA PARTICIPAÇÃO

10.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

10.2. Caberá ao licitante acompanhar atentamente as operações na Plataforma Eletrônica durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Plataforma Eletrônica ou da desconexão.

10.3. Qualquer dúvida em relação ao acesso na plataforma operacional poderá ser esclarecida pelo Suporte: (34) 3014-6633 e (34) 9807-6633 ou pelo e-mail: contato@licitanet.com.br.

11. DA SESSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

11.1. A partir do horário previsto no Edital e na Plataforma Eletrônica, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o (a) Pregoeiro (a) a avaliar a aceitabilidade das propostas;

11.2. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital;

11.3. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados à Plataforma Eletrônica para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

11.4. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

11.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

11.6. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. A plataforma **não identificará** o autor dos lances aos demais participantes e nem ao (a) Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio;

11.7. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o (a) Pregoeiro (a) no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.8. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o seguinte **modo de disputa: aberto** – os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

11.10. No modo de disputa aberto, **a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos**, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.11. **A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

11.12. Na hipótese de não haver novos lances na forma acima, a sessão pública será encerrada automaticamente.

11.13. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o (a) Pregoeiro (a) poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no § único do art. 7º do Decreto 10.024, mediante justificativa.

11.14. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o (a) Pregoeiro (a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

11.15. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.16. Encerrada a etapa de negociação, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

11.17. A plataforma informará a proposta de menor valor do lote/item imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo (a) Pregoeiro (a) acerca da aceitação do lance;

11.18. Após a conferência e consulta “ON-LINE” do HABILITANET, e se os documentos comprobatórios de habilitação estiverem de acordo com o solicitado, será declarado o (s) licitante (s) vencedor (es) do (s) lote(s)/item (ens) e aberto o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso. Sendo que nesse momento ficará franqueada a todos os licitantes a consulta dos documentos cadastrados no HABILITANET do (s) licitante (s) vencedor (es) do lote/item.

11.19. Se a proposta ou o lance do lote/item de menor oferta não for aceitável, por inexecutabilidade, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o participante para que seja obtido valor melhor;

11.20. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento;

11.21. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao (s) autor (es) da (s) proposta (s) ou lance de menor valor do lote/item.

11.22. O (a) Pregoeiro (a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784/99.

11.23. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligência, com vistas ao saneamento de que trata o item 11.22, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12. PROPOSTA NA PLATAFORMA ELETRÔNICA

12.1. O encaminhamento de proposta (s) para a Plataforma de Pregão Eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu

nome na Plataforma Eletrônica, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

12.2. Poderão ser inabilitadas as propostas inseridas na Plataforma de Pregão Eletrônico que deixarem de conter:

- a) **As especificações dos itens com marca e fabricante (quando possível)**, em conformidade com as especificações constantes neste edital e termo de referência;
- b) **proposta de preços**, com mais de duas casas decimais, haja vista que deverão ser apresentadas com no máximo duas casas decimais.

12.3. A não inserção de proposta contendo as informações solicitadas, implicará na DESCLASSIFICAÇÃO da empresa, face à ausência de dados suficientes para a classificação da (s) proposta (s).

13. PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

13.1. Os licitantes **deverão** encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura das propostas.

13.2. Na proposta escrita, deverá conter:

- a) **Data e assinatura do representante legal da proponente;** (caso a proposta seja assinada por pessoa diversa da (s) constante (s) no contrato social, deverá ser anexada procuração conferindo poderes para o ato).
- b) **Razão social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; Inscrição Estadual**
- c) **Endereço completo;**
- d) **As especificações do material com marca e modelo (se for o caso)**, em conformidade com as especificações constantes no Termo de referência;
- e) **Prazo de validade da proposta** não inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data de abertura da sessão pública do pregão, no silêncio assim será considerado;
- f) **Preço unitário e total do item com até 02 (duas) casas decimais**, já incluídas todas as despesas com transportes, imposto, taxas, seguros, bem como ônus decorrentes de contratação de pessoal, leis trabalhistas, da Previdência Social, encargos fiscais, comerciais, inclusive descarga dos equipamentos, e outras que direta ou indiretamente incidirem sobre a contratada;

13.2.1. O preenchimento do campo “marca” e “modelo” (se for o caso) dos materiais ofertados é obrigatório, sob pena de desclassificação do item que não apresentar essa especificação.

13.2.2. Não será admitida cotação inferior ou superior à quantidade prevista neste edital.

13.3. Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerá estes últimos;

13.4. Atendidos todos os requisitos será (ão) considerada (s) vencedora (s) a (s) licitante (s) que oferecer (em) o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

13.5. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste edital ou da legislação em vigor.

14. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO, ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) E TELEFONE.

14.1. Os serviços deverão ser prestados diariamente, nos dias letivos **conforme Calendário Escolar 2024 (Anexo 05)**, nas rotas e horários estabelecidos por esta Secretaria, havendo funcionário responsável para fiscalização da execução do objeto contratado.

14.2. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, ficando o mesmo passível de penalidades e sanções, inclusive rescisão.

14.3. O Município designou funcionário responsável **para fiscalização do objeto conforme exigência do Decreto Municipal 3912 de 05 de Maio de 2008**, citado no item 16 deste Edital, não podendo este cobrar taxas e despesas adicionais.

14.4. O endereço eletrônico e contatos da Secretaria Municipal de Educação e Esportes: Rildo Régis de Almeida / Virmondos Rodrigues de Faria Júnior – Telefones (37) 3322-4106 / (37) 3329-6750, de 08:00h às 11:30h e de 13:00h às 17:00h e/ou pelo email: transporteeducacao@hotmail.com

15. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

15.1. O objeto será aceito após a verificação pelo FISCAL nomeado, responsável pela inspeção do contrato do cumprimento de todas as obrigações e especificações constantes no contrato, no edital e nos demais documentos integrantes do processo licitatório, e ainda em conformidade com a legislação de regência.

15.2. Segue descrição abaixo, onde encontra-se todas as especificações do objeto, como por exemplo tipo de veículo, capacidade mínima de lugares, quilometragem diária, rota, entre outros elementos que propiciam a formulação da proposta por parte das empresas.

A natureza da prestação do serviço será por item.

Item	Descrição	Unid	Quant.	Valor Médio Unit.	Valor Médio Total
01	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na Comunidade de Quilombo, Arapé I, II e III e imediações, Comunidade de Batatas, para diversas escolas do município, tendo como ponto final a E. E. Joaquim Rodarte, com retorno. Quilometragem diária: 121 km. Veículo com no mínimo: 15 lugares. Turno: Matutino e Vespertino. (AMPLA CONCORRÊNCIA)	KM	24.200	R\$ 5,11	R\$ 123.662,00
02	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na E. M. Florêncio Rodrigues Nunes, Furnastur, Edentur, Fazenda Ponte Alta e imediações,	KM	13.000	R\$ 7,38	R\$ 95.940,00

Item	Descrição	Unid	Quant.	Valor Médio Unit.	Valor Médio Total
	com retorno. Necessita de monitor. Quilometragem diária: 65 km. Veículo com no mínimo: 39 lugares. Turno: Vespertino. (AMPLA CONCORRÊNCIA)				
03	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na Comunidade de Lucianos e imediações, para diversas escolas do município, tendo como ponto final a E. M. CAIC, com retorno. Quilometragem diária: 65 km. Veículo com no mínimo: 15 lugares. Turno: Matutino. (EXCLUSIVO ME E EPP)	KM	13.000	R\$ 5,10	R\$ 66.300,00
04	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na Comunidade de Segredo e imediações, para diversas escolas do município, tendo como ponto final a E. M. CAIC, com retorno. Quilometragem diária: 72 km. Veículo com no mínimo: 15 lugares. Turno: Matutino. (EXCLUSIVO ME E EPP)	KM	14.400	R\$ 5,08	R\$ 73.152,00
05	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na Comunidade de Moita Fria, Comunidade de Morro Cavado e imediações, Córrego do Barro e imediações, Santa Rita e imediações, para diversas escolas do município, tendo como ponto final a E. E. Jalcira Santos Valadão, com retorno. Quilometragem diária: 110 km. Veículo com no mínimo: 15 lugares. Turno: Matutino. (AMPLA CONCORRÊNCIA)	KM	22.000	R\$ 5,05	R\$ 111.100,00

Item	Descrição	Unid	Quant.	Valor Médio Unit.	Valor Médio Total
06	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na Comunidade de Capoeira Grande e imediações, para a E. M. Florêncio Rodrigues Nunes, com retorno. Quilometragem diária: 139 km. Veículo com no mínimo: 15 lugares. Turno: Matutino., Vespertino e Noturno. (AMPLA CONCORRÊNCIA)	KM	27.800	R\$ 4,70	R\$ 130.660,00
07	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na E.E. Jalcira Santos Valadão para a Comunidade Barra Mansa e imediações, Morro Cavado e imediações. Quilometragem diária: 60 km. Veículo com no mínimo: 15 lugares. Turno: Vespertino. (EXCLUSIVO ME E EPP)	KM	12.000	R\$ 5,21	R\$ 62.520,00
08	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na E. E. Jalcira Santos Valadão para a Comunidade Córrego Seco e imediações. Quilometragem diária: 40 km. Veículo com no mínimo: 15 Lugares. Turno: Vespertino (EXCLUSIVO ME E EPP)	KM	8.000	R\$ 5,41	R\$ 43.280,00
09	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na E. E. Jalcira Santos Valadão para a Comunidade Padre Trindade e imediações e Morro das Pedras e imediações. Quilometragem diária: 70 km. Veículo com no mínimo: 15 Lugares. Turno: Vespertino (EXCLUSIVO ME E EPP)	KM	14.000	R\$ 5,26	R\$ 73.640,00

Item	Descrição	Unid	Quant.	Valor Médio Unit.	Valor Médio Total
10	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na Comunidade Boa Esperança e imediações, Comunidade Marmelada e imediações, Fazenda Ponte Alta e Carrefurnas para a E. M. Florêncio Rodrigues Nunes, com retorno. Quilometragem diária: 70 km. Veículo com no mínimo: 15 Lugares. Turno: Noturno. (EXCLUSIVO ME E EPP)	KM	14.000	R\$ 4,87	R\$ 68.180,00
TOTAL ESTIMADO:					R\$ 848.434,00

16. DA FISCALIZAÇÃO

16.1. Atendendo às exigências contidas no inciso III do art. 58 e §§ 1º e 2º, do artigo 67 da Lei nº. 8.666 de 1993, foram designados pela autoridade competente, através da **PORTARIA Nº 4.506, DE 11 DE AGOSTO DE 2021**, os agentes **RILDO RÉGIS DE ALMEIDA E VIRMONDES RODRIGUES DE FARIA JÚNIOR**, para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços como representantes da Administração.

16.2. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução dos serviços executados, o agente fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

16.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades ocorridas durante a execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

16.4. A CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da postogada CONTRATADA.

16.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do processo serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º do art. 67, da Lei nº. 8.666/93.

16.6. A gestão do processo será realizada pelo secretário responsável pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

16.7. Caberá ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento da execução do objeto.

17. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

17.1. O pagamento decorrente da concretização do objeto licitado será mensal e efetuado pela **Tesouraria Municipal**, por processo legal, em até 30 (trinta) dias após o

recebimento da Solicitação de Fornecimento / Serviço - AF e Nota Fiscal / Fatura corretamente.

17.2. Os pagamentos à CONTRATADA somente serão realizados mediante a efetiva prestação dos serviços nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio de atestação no documento fiscal correspondente pela secretaria requisitante.

17.3. A Nota Fiscal / Fatura deverá ser emitida pela contratada em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

17.4. As notas fiscais deverão ser emitidas observando às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1234 de 11 de janeiro de 2012 e Decreto Municipal nº 9961 de 05 de maio de 2023.

17.5. O Fiscal e/ou a Secretaria de Fazenda no Setor de Contabilidade, identificando qualquer divergência na Nota Fiscal / Fatura, deverá devolvê-la à contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

17.6. O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado por meio de depósito em Conta Bancária a ser informada pela CONTRATADA ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

17.7. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da CONTRATADA, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do Contrato.

17.8. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da CONTRATADA.

18. DA HABILITAÇÃO

18.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cédula de identidade do responsável legal da empresa.
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

18.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Certidão de Regularidade da Fazenda Pública Federal, conjunta com a Dívida Ativa da União que abrange regularidade com o INSS;
- c) Certidão de Regularidade Estadual;
- d) Certidão de Regularidade Municipal (da sede do licitante);
- e) Certidão de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho, disponível no site www.tst.jus.br/certidao), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do art. 29, V da Lei nº 8.666/93 e art. 642-A da CLT (incluído pela Lei nº 12.240/11);

18.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Falência e Concordatas, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica, de acordo com o inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/93.

18.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

18.4.1. Declaração de disponibilidade do pessoal técnico especializado para integrar a equipe que prestará os serviços do objeto da licitação, assinada pelo representante legal da empresa e que atenda as exigências mínimas constantes na descrição geral dos serviços.

18.4.2. JUSTIFICATIVA DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

18.4.2.1. A documentação solicitada no tópico “Qualificação Técnica” é autorizada pelo Artigo 30, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e objetiva certificar a habilitação e aptidão para a realização dos serviços ora contratados, amparando o CONTRATANTE na execução dos serviços nos quesitos de segurança e qualidade.

18.5. DO CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII DA CRFB/88:

a) assinalar em campo próprio do sistema a situação em que se enquadra a empresa no que se refere ao cumprimento do art. 7º, XXXIII da CRFB/88;

18.6. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

a) Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, salvo aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, só puderem ser emitidos em nome da Matriz ou aqueles que abrangem matriz e filiais;

18.6.1. Todos os documentos que não possuem data de validade estabelecida pelo órgão expedidor deverão ter sido emitidos nos últimos 90 (noventa) dias.

18.6.2. Os documentos retirados da internet terão sua autenticidade certificada junto aos “sites” dos órgãos emissores.

19. DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

19.1. O enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, cujas definições do que sejam micro empresa de pequeno porte encontram-se expressas no art. 3º.

19.2. As MPEs vencedoras do certame que possuem alguma restrição com relação a comprovação de regularidade fiscal ou trabalhista terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por mais 05 (cinco) dias, contados a partir dessa declaração, para regularização dessa situação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

19.3. A não regularização da documentação da MPE vencedora no prazo previsto no item anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções

previstas no art. 81 da Lei 8.666/93.

19.4. No caso da não regularização da documentação serão convocados pelo Município os licitantes remanescentes na ordem de classificação para assinatura da ata.

20. DA COTA PRINCIPAL PARA AMPLA CONCORRÊNCIA E DAS COTAS EXCLUSIVAS PARA ME E EPP

20.1. Em atendimento ao disposto no inciso I do Art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, nas cotas exclusivas para ME e EPP, poderão participar dessa aquisição somente Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que atenderem as exigências constantes neste Edital e seus anexos.

20.2. Será adotada a exclusividade à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos itens de contratação de compras ou serviços cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sendo indicada a utilização da exclusividade no Edital.

20.3. Na cota principal para ampla concorrência não se vislumbra a aplicação de tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte disposta no art. 48 da Lei Complementar 123/06, em razão do valor de contratação ser superior a R\$80.000,00 (inciso I), de não estar regulamentado no município os requisitos de subcontratação nos casos de prestação de obra e serviço (inciso II) e, não se tratar de aquisição de bens para que sejam separados em cotas, e sim de contratação de prestação de serviços (inciso III). Será destinado à participação dos interessados que atendem aos requisitos constantes neste Edital e seus anexos.

20.4. Cumpre ressaltar que a não aplicação do dispositivo supracitado, não prejudica as demais disposições que por ventura sejam inerentes ao tratamento diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte.

21. DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO

21.1. No horário e local indicado no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão Eletrônico.

21.2. Para efeitos da Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão marcar em campo próprio do sistema a sua condição.

21.3. A falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06 caracterizará infração administrativa, sem afastar as demais infrações penais cabíveis.

21.4. A análise das propostas pelo (a) Pregoeiro (a) visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixadas no Edital;

a) No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

21.5. Atendidos todos os requisitos será (ão) considerada (s) vencedora (s) a (s) licitante (s) que oferecer (em) o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

21.6. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou a legislação em vigor.

21.7. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o (a) Pregoeiro (a) examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o proponente, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável em razão de atender aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

21.8. No caso de eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades o (a) Pregoeiro (a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.9. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento acima, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

21.10. Os **documentos complementares** à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, no prazo de até 03 (três) horas contado da solicitação do Pregoeiro (a) no sistema.

21.11. A verificação será certificada pelo (a) Pregoeiro (a) e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

21.12. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

21.13. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

21.14. As empresas vencedoras dos itens/lotos se houver modificação do valor destes em razão da fase de lances, deverá enviar nova proposta por escrito contendo os preços unitários e/ou por lote dos itens por ela vencidos.

22. DOS RECURSOS, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

22.1. Declarado o vencedor e disparado o aviso de recurso no chat, qualquer licitante que desejar poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer dentro do prazo de **30 (trinta) minutos** em campo próprio no sistema com registro da síntese das suas razões.

a) ao (a) Pregoeiro (a) caberá o juízo de admissibilidade.

a.1) não serão recebidos recurso sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não for suficientemente justificada e fundamentada a intenção de interpor o recurso pelo licitante;

b) Aceito o recurso pelo (a) Pregoeiro (a), deverá o licitante juntar os memoriais no prazo de **03 (três) dias úteis** (contados a partir do primeiro dia útil após o dia da sessão do pregão);

c) os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

22.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo (a) Pregoeiro (a) ao vencedor.

22.3. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de Aproveitamento;

22.4. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

22.5. Na ocorrência de manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

22.6. Os recursos e respectivas impugnações cabíveis deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

22.6.1. Ser dirigido a Prefeitura Municipal de Formiga - MG- Diretoria de Compras Públicas, aos cuidados do (a) Pregoeiro (a), no prazo de 03 (três) dias úteis, conforme estabelecido acima;

22.6.2. Ser dirigido ao Prefeito Municipal de Formiga - MG, nos casos de anulação ou revogação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666/93;

22.7. Não serão conhecidas as razões de recursos interpostos após o respectivo prazo legal, e/ou subscrito por representante que não comprove poder de representação legal.

22.8. Interposto o recurso, o (a) Pregoeiro (a) poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

22.9. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

22.10. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

22.11. A adjudicação será feita por item;

22.12. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, através de comunicação por escrito.

22.13. É facultado à Administração transferir a adjudicação aos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo 1º (primeiro) classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital, nas condições do § 2º, do art. 64 da Lei 8.666/93;

22.14. Poderá a proposta de a licitante ser desclassificada até a contratação, se tiver a Administração conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes.

23. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

*12.002.12.361.17.2124.3.3.90.39 – Manutenção do Serviço de Transporte Escolar – FEB30

*12.001.12.361.17.2118.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar – ENSINO

*12.001.12.361.17.2498.3.3.90.39 - Manutenção do Transporte Escolar – PTE

*12.001.12.362.17.2531.3.3.90.39 - Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Médio - PTE

*12.001.12.361.17.2120.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar – FUNDAMENTAL PNATE

*12.001.12.362.17.2122.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar – ENSINO MÉDIO - PNATE

*12.001.12.365.17.2123.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar – EDUCAÇÃO INFANTIL – PNATE

*12.001.12.361.21.2135.3.3.90.39 – Manutenção do Ensino Fundamental – QESE

*12.001.12.365.21.2143.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil – Pré-Escola – QESE

23.2. "Serão utilizados recursos da União provenientes de transferência compulsória e de transferência voluntária para pagamento dos serviços."

24. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

24.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

24.1.1. Emitir Solicitação de Fornecimento/Serviço;

24.1.2. Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente;

24.1.3. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas. A Administração pagará o preço homologado conforme contrato firmado, fiscalizará e gerenciará a execução do contrato e valores contratados conforme exigência do **Decreto Municipal 3912 de 05 de Maio de 2008 e Leis aplicáveis;**

24.1.4. Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

24.1.5. Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Edital;

24.1.6. Notificar à CONTRATADA, sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços, e na qualidade dos materiais, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.

24.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

24.2.1. Executar os serviços dentro das condições estabelecidas em conformidade com a descrição técnica contida neste Edital.

24.2.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir de imediato e às suas expensas, serviços em que se verificarem irregularidades, vícios, defeitos ou incorreção

resultante da execução dos serviços ou de materiais empregados, sem ônus para o Município.

24.2.3. Os serviços deverão ser efetuados mediante Solicitação de Fornecimento/Serviço da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por e-mail ou fax, devendo nela constar: a data, o valor unitário do serviço, a quantidade de quilometragem pretendida, o local do percurso, o carimbo e a assinatura do responsável.

24.2.4. Prestar os serviços observando todas as normas expedidas pelo CONTRAN/DETRAN/DENATRAN de modo a garantir a segurança dos alunos.

24.2.5. Cumprir todas as obrigações constantes neste Edital, seus anexos e na proposta, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) Os veículos utilizados na prestação dos serviços devem estar em estado de conservação compatível com a prestação dos serviços, inclusive, dotados dos equipamentos de segurança necessários e exigidos pela legislação pertinente;

b) O CRLV deverá estar no nome da Contratada e ser referente ao ano vigente, ou do ano anterior desde que anexados os comprovantes de pagamento do IPVA e Taxa de Licenciamento do ano vigente;

c) Os veículos devem estar registrados como categoria de Aluguel (Placa Vermelha);

d) Os veículos devem ser equipados com Tacógrafo devidamente selado;

e) O motorista deve possuir CNH categoria D e cursos de transporte escolar;

f) Prestar os serviços nas rotas, dias e horários estabelecidos pela secretaria requisitante, observando todas as normas de segurança de modo a garantir a segurança dos alunos;

g) Tratar com cortesia e urbanidade os alunos transportados, os servidores encarregados da coordenação do transporte e os fiscais do Município;

h) Manter os veículos sempre limpos, em condições ideais de segurança com os requisitos exigidos pela legislação de trânsito, apropriado ao transporte escolar e conforme laudo de vistoria;

24.2.6. Informar para a Tesouraria do Município os dados bancários para futuros pagamentos, por meio do endereço eletrônico: tesourariapmf@gmail.com.

25. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO MONITOR

25.1. **No transporte referente à linha do Item 2**, deverá ser disponibilizado (a) pela CONTRATADA um (a) monitor (a) maior de 18 anos, para acompanhamento dos alunos, às suas expensas, sem qualquer vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal, para acompanhamento e assistência, visando a segurança dos alunos durante o transporte.

25.2. O (a) monitor (a) deverá:

25.2.1. Permanecer no veículo de transporte de estudantes durante todo o trajeto, ida e volta, auxiliando e orientando o embarque e desembarque dos alunos, bem como zelando por sua segurança e integridade.

25.2.2. Orientar os alunos a se manterem sentados durante o trajeto.

25.2.3. Assegurar que todos os alunos transportados estão usando o cinto de segurança, regularmente afixado.

25.2.4. Manter as portas do veículo fechadas quando o mesmo estiver em movimento.

25.2.5. Manter as janelas do veículo abertas quando necessário, porém, sempre zelando pela segurança dos alunos, afim de evitar riscos e acidentes.

25.2.6. Permitir e facilitar a fiscalização pelos agentes e autoridades de trânsito, caso necessário.

26. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

26.1. A empresa declarada vencedora deverá apresentar aos fiscais do contrato, no Setor de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato, a seguinte documentação:

- a) Cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV referente ao ano vigente, ou do ano anterior desde que anexados os comprovantes de pagamento do IPVA e Taxa de Licenciamento do ano vigente, do veículo que será utilizado pelo proponente na prestação dos serviços;
- b) Cópia da carteira nacional de habilitação do condutor indicado pela Contratada para a condução do veículo que irá prestar os serviços;
- c) Cópia da consulta de pontuação na CNH emitida no site do DETRAN, a fim de comprovar a conformidade com o disposto no artigo 138, IV da Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro);
- d) Cópia da apólice de seguro de acidentes pessoais de passageiros (APP);
- e) Cópia do Certificado do Curso Técnico especial para Condutores (SEST/SENAT ou outro compatível com o objeto ora licitado), conforme determinado pelo art.145, IV da Lei nº 9.503/97(Código de Trânsito Brasileiro) e pela resolução 789/2020 do CONTRAN, do condutor indicado pela Contratada para a condução do veículo que irá prestar os serviços;
- f) Laudo de vistoria técnica de inspeção veicular, emitido pelo INMETRO, ou por entidades ou empresas por ele credenciadas, atestando serem adequadas às condições de manutenção, conservação, segurança e preservação de suas características técnicas, do ano em vigor, conforme **Decreto Municipal nº 4.458 de dezembro de 2009**;
- g) Certificado de Verificação do Cronotacógrafo (emitido pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (<http://cronotacografo.rbmlq.gov.br>));
- h) Planilha de custos para cumprimento do objeto, discriminando os percentuais de custos com combustível, mão de obra, manutenção do veículo, etc, de forma que totalize o percentual de cem por cento.

26.2. Observação: A exigência da documentação complementar visa certificar que o condutor/prestador de serviços encontra-se em dia com o exigido no Código Brasileiro de Trânsito, de forma a não expor os alunos a um serviço sem os requisitos técnicos e os cuidados especiais necessários. O prazo estipulado para apresentação da documentação levou em consideração o tempo necessário para a emissão dos mesmos, bem como a não onerar possíveis interessados no objeto do certame, já que a exigência será tão somente para aquele declarado vencedor na licitação. Enfatiza, por importante, que deve o gestor primar pelos necessários cuidados em termos de qualidade e segurança na oferta do serviço em consonância com o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97).

27. PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

27.1. Após a adjudicação do objeto da licitação a vencedora terá o prazo de **até 05 dias**, a contar da data do recebimento da convocação, para assinar o contrato, na Procuradoria Municipal: Barão de Piumhi- 42 Centro, 3º andar.

27.2. O prazo concedido para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado, durante o seu transcurso, pela parte, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

27.3. Decorrido o prazo estipulado no subitem 26.1, se a Adjudicatária não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas, decairá do direito à mesma, sujeitando-se às sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

27.4. É facultado à Administração transferir a adjudicação aos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo 1º (primeiro) classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital, nas condições do § 2º, do art. 64 da Lei 8.666/93;

27.5. Poderá a proposta de a licitante ser desclassificada até a contratação, se tiver a Administração conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes.

27.6. Condições para assinatura do contrato: Instrumento público ou particular de mandato, este último com firma reconhecida, outorgando poderes ao signatário da contratação, quando não se tratar de sócio ou diretor autorizado através de estatuto ou contrato social.

28. REAJUSTE

28.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 28/11/2023.

28.2. Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

28.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

28.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida,

28.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

28.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

29. VIGÊNCIA DO CONTRATO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

29.1. Os contratos vigorarão pelo prazo de **12 (doze) meses**, a contar da data do início da vigência que será **01/02/2024**. Tal fato se justifica por haver contrato vigente sendo necessário aguardar o seu término.

29.2. Todos os contratos terão eficácia legal a partir da publicação de seus extratos, podendo ser prorrogados conforme art. 57, II da Lei 8.666/93.

29.3. A concessão de reequilíbrio econômico-financeiro através da revisão é condicionada à exaustiva e analítica demonstração, pelas fornecedoras, da ocorrência de álea econômica extraordinária e extracontratual decorrente da superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, na forma do art. 65, II, “d”, da Lei 8.666/93.

29.4. Para que se delibere quanto ao reequilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá encaminhar à Diretoria de Compras Públicas, pedido solicitando alteração de preços juntamente com a documentação comprobatória e hábil, dimensionando e estimando, de forma mais analítica e robusta possível a dimensão do impacto dos fatos alegados sobre as obrigações fixadas no contrato, categorizando de forma conclusiva no sentido da extraordinariedade da variação de preços alegados pela contratada.

29.5. Nos pedidos de revisão de preços, é obrigação da contratada demonstrar que no valor resultante da revisão foi considerada a diferença percentual entre o preço de referência fixado pela Administração e a proposta por ela ofertada, sendo dever do gestor, por meio de sua equipe técnica, verificar e atestar se o percentual de equilíbrio solicitado está em conformidade com os padrões de mercado, o que se efetivará através de pesquisa de preço ou outro meio compatível.

29.6. O início da vigência do novo valor será da data da publicação do Termo Aditivo na imprensa oficial.

29.7. A suspensão ou interrupção da execução dos contratos, durante a análise dos pedidos de sua revisão sem expressa concordância do gestor do contrato, ensejará a aplicação das sanções previstas no contrato.

29.8. Endereço da Diretoria de Compras Públicas: Rua Barão de Piumhi, nº92 A - 2º Andar, Centro, CEP:35.570-128. Email: reequilibrioformiga@gmail.com

30. DAS SANÇÕES

30.1. Nas hipóteses de descumprimento contratual, inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto e à Administração.

b) Ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Formiga, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa jurídica, que praticar qualquer dos atos contemplados no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no artigo 49 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

30.2. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

a) Multa compensatória no percentual de até **10% (dez por cento)**, calculada sobre o valor total do contrato, pela *recusa em assinar* o contrato no prazo máximo de 05

(cinco) dias, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no Art. 87 da Lei 8666/1993;

b) Multa de mora no percentual de até **15% (quinze por cento)**, calculada sobre o valor do contrato pela inadimplência até o limite de 05 (cinco) dias, caracterizando a inexecução parcial do mesmo;

c) Multa compensatória no percentual de até **30% (trinta por cento)**, calculada sobre o valor do contrato pela inadimplência, além do prazo de 05 (cinco) dias, caracterizando a inexecução total do mesmo.

30.3. A aplicação das penalidades capituladas nos subitens anteriores não impossibilitará a incidência das demais cominações legais contempladas no art. 87 da Lei 8.666/1993.

30.4. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da autoridade superior devidamente justificado.

30.5. O montante da multa poderá, a critério do Município de Formiga-MG, ser cobrado de imediato ou compensado com valores de pagamentos devidos ao fornecedor.

30.6. Para efeito de aplicação de qualquer penalidade, são assegurados o contraditório e a ampla defesa.

30.7. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

31. EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

31.1. Para análise da viabilidade da proposta, cujo lance final seja de valor inferior a 70% (setenta por cento) ou com preços manifestamente inexequíveis do valor de referência, o (a) pregoeiro (a) concederá ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

31.2. Se o(a) Pregoeiro(a) entender que há indícios de inexequibilidade, fixará prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço por meio da apresentação de documentos julgados pertinentes, de forma que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

31.3. Será considerada inexequível a proposta que não demonstre sua viabilidade, por meio de documentação, uma vez que não comprovou que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

31.4. As propostas inexequíveis serão desclassificadas, nos termos do art.48, inc. II da Lei 8.666/93.

32. DISPOSIÇÕES GERAIS

32.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no LICITANET – LICITAÇÕES ON-LINE e as especificações constantes deste Edital prevalecerão as últimas.

32.2. A participação do proponente na presente licitação pressupõe a aceitação das condições estipuladas deste Edital.

32.3. As normas disciplinadas deste Pregão serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, e dos contratos delas decorrentes.

32.4. Para consulta e conhecimento dos interessados, o protocolo do Edital permanecerá afixado no quadro de aviso localizado na Rua Barão de Piumhi, 92 (1º Andar) – Centro – Formiga - MG, cuja cópia poderá ser obtida através dos Sites www.formiga.mg.gov.br, www.licitanet.com.br ou através de requerimento dirigido à Diretoria de Compras Públicas, na Rua Barão de Piumhi 92 A (2º Andar) - Centro, Formiga–MG.

32.5. O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá integralmente a Lei n.º 8.666/93, lei n.º 10.520/02, Decreto n.º 10.024/19, bem como o **Decreto Municipal 3912 de 05 de maio de 2008** e as demais normas e condições estabelecidas no Edital.

32.6. O edital será disponibilizado no endereço eletrônico www.formiga.mg.gov.br ou podendo ser solicitado pelo e-mail pregoeirosformiga@gmail.com.

Formiga, 05 de dezembro de 2023.

Elaborado por: _____
LUCAS EDUARDO PEREIRA
COORDENADOR DE PREGÃO

Aprovado por: _____
JADERSON TEIXEIRA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

ANEXO 01 **TERMO DE REFERÊNCIA**

Objeto da contratação

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Transporte Escolar para possibilitar o acesso de alunos residentes nas Comunidades Rurais de Quilombo, Pontevila, Lucianos, Segredo, Moita Fria, Capoeira Grande, Barra Mansa, Córrego Seco, Padre Trindade, Boa Esperança e imediações à rede escolar do Município e para entrega de materiais pedagógicos para estes alunos a pedido da Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

Justificativa da contratação

A Constituição Federal dispõe sobre a educação como princípio para o desenvolvimento da sociedade brasileira, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Os alunos, em especial os que moram na zona rural ou bairros afastados, possuem inúmeras dificuldades para manter-se na escola, uma delas é o transporte. Desta forma, apenas o oferecimento do ensino público gratuito, muitas vezes, não é suficiente para permitir o acesso desse aluno na escola ou mesmo para assegurar a sua permanência no ensino. Daí a obrigação do poder público de oferecer além do ensino, outros complementos que possibilitam o acesso e a permanência do educando no ambiente escolar. O transporte escolar é um deles, o que justifica esta contratação.

Também com o objetivo de assegurar o cumprimento da Lei nº 13.415/2017 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do Ensino Médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais, a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais publicou a RESOLUÇÃO SEE Nº 4.657/2021, de 12 de novembro de 2021, que dispõe sobre as matrizes curriculares destinadas às turmas do 1º ano do Ensino Médio, com início em 2023 na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais, essa estabelece em seu “Art. 5º - O Ensino Médio Diurno terá carga horária diária de 6 (seis) módulos-aula de 50 (cinquenta) minutos, totalizando 30 (trinta) módulos-aula semanais e seguirá a matriz curricular”. Com

essa alteração na carga horária, passa-se a ter a necessidade de assegurar oferta de transporte escolar para os estudantes residentes e domiciliados na área rural do município de Formiga, que deverão frequentar as aulas no horário correspondente entre 7 horas as 12h20min. Diante do exposto, solicita-se, da Secretaria Municipal de Educação de Formiga, a abertura de processo licitatório de transporte escolar para o atendimento da referida ampliação da carga horária dos alunos dos 1º anos do Ensino Médio residentes e domiciliados em área rural do município de Formiga, uma vez que a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004 e medida provisória 455/2009 garante o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos da educação básica.

A entrega de materiais pedagógicos é para assegurar aos alunos o processo de ensino aprendizagem.

Da cota principal para ampla concorrência e das cotas exclusivas para ME e EPP

1. Em atendimento ao disposto no inciso I do Art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, nas cotas exclusivas para ME e EPP, poderão participar dessa aquisição somente Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que atenderem as exigências constantes neste Termo e no Edital.
2. Será adotada a exclusividade à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos itens de contratação de compras ou serviços cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sendo indicada a utilização da exclusividade no termo de referência.
3. Na cota principal para ampla concorrência não se vislumbra a aplicação de tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte disposta no art. 48 da Lei Complementar 123/06, em razão do valor de contratação ser superior a R\$80.000,00 (inciso I), de não estar regulamentado no município os requisitos de subcontratação nos casos de prestação de obra e serviço (inciso II) e, não se tratar de aquisição de bens para que sejam separados em cotas, e sim de contratação de prestação de serviços (inciso III). Será destinado à participação dos interessados que atendem aos requisitos constantes neste Termo e no Edital.

4. Cumpre ressaltar que a não aplicação do dispositivo supracitado, não prejudica as demais disposições que por ventura sejam inerentes ao tratamento diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte.

Critérios de aceitabilidade do objeto

O objeto será aceito após a verificação pelo FISCAL nomeado, responsável pela inspeção do contrato do cumprimento de todas as obrigações e especificações constantes no contrato, no edital e nos demais documentos integrantes do processo licitatório, e ainda em conformidade com a legislação de regência.

Segue descrição abaixo, onde encontra-se todas as especificações do objeto, como por exemplo tipo de veículo, capacidade mínima de lugares, quilometragem diária, rota, entre outros elementos que propiciam a formulação da proposta por parte das empresas. **A natureza da prestação do serviço será por item.**

Item	Descrição	Unid	Quant.	Valor Médio Unit.	Valor Médio Total
01	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na Comunidade de Quilombo, Arapé I, II e III e imediações, Comunidade de Batatas, para diversas escolas do município, tendo como ponto final a E. E. Joaquim Rodarte, com retorno. Quilometragem diária: 121 km. Veículo com no mínimo: 15 lugares. Turno: Matutino e Vespertino. (AMPLA CONCORRÊNCIA)	KM	24.200	R\$ 5,11	R\$ 123.662,00
02	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na E. M. Florêncio Rodrigues Nunes, Furnastur, Edentur, Fazenda Ponte Alta e imediações, com retorno. Necessita de monitor. Quilometragem diária: 65 km. Veículo com no mínimo: 39 lugares. Turno: Vespertino. (AMPLA CONCORRÊNCIA)	KM	13.000	R\$ 7,38	R\$ 95.940,00

Item	Descrição	Unid	Quant.	Valor Médio Unit.	Valor Médio Total
03	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na Comunidade de Lucianos e imediações, para diversas escolas do município, tendo como ponto final a E. M. CAIC, com retorno. Quilometragem diária: 65 km. Veículo com no mínimo: 15 lugares. Turno: Matutino. (EXCLUSIVO ME E EPP)	KM	13.000	R\$ 5,10	R\$ 66.300,00
04	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na Comunidade de Segredo e imediações, para diversas escolas do município, tendo como ponto final a E. M. CAIC, com retorno. Quilometragem diária: 72 km. Veículo com no mínimo: 15 lugares. Turno: Matutino. (EXCLUSIVO ME E EPP)	KM	14.400	R\$ 5,08	R\$ 73.152,00
05	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na Comunidade de Moita Fria, Comunidade de Morro Cavado e imediações, Córrego do Barro e imediações, Santa Rita e imediações, para diversas escolas do município, tendo como ponto final a E. E. Jalcira Santos Valadão, com retorno. Quilometragem diária: 110 km. Veículo com no mínimo: 15 lugares. Turno: Matutino. (AMPLA CONCORRÊNCIA)	KM	22.000	R\$ 5,05	R\$ 111.100,00
06	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na Comunidade de Capoeira Grande e imediações, para a E. M. Florêncio Rodrigues Nunes, com retorno. Quilometragem diária: 139 km.	KM	27.800	R\$ 4,70	R\$ 130.660,00

Item	Descrição	Unid	Quant.	Valor Médio Unit.	Valor Médio Total
	Veículo com no mínimo: 15 lugares. Turno: Matutino., Vespertino e Noturno. (AMPLA CONCORRÊNCIA)				
07	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na E.E. Jalcira Santos Valadão para a Comunidade Barra Mansa e imediações, Morro Cavado e imediações. Quilometragem diária: 60 km. Veículo com no mínimo: 15 lugares. Turno: Vespertino. (EXCLUSIVO ME E EPP)	KM	12.000	R\$ 5,21	R\$ 62.520,00
08	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na E. E. Jalcira Santos Valadão para a Comunidade Córrego Seco e imediações. Quilometragem diária: 40 km. Veículo com no mínimo: 15 Lugares. Turno: Vespertino (EXCLUSIVO ME E EPP)	KM	8.000	R\$ 5,41	R\$ 43.280,00
09	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na E. E. Jalcira Santos Valadão para a Comunidade Padre Trindade e imediações e Morro das Pedras e imediações. Quilometragem diária: 70 km. Veículo com no mínimo: 15 Lugares. Turno: Vespertino (EXCLUSIVO ME E EPP)	KM	14.000	R\$ 5,26	R\$ 73.640,00
10	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na Comunidade Boa Esperança e imediações, Comunidade Marmelada e imediações, Fazenda Ponte Alta e Carrefurnas para a E. M. Florêncio Rodrigues Nunes,	KM	14.000	R\$ 4,87	R\$ 68.180,00

Item	Descrição	Unid	Quant.	Valor Médio Unit.	Valor Médio Total
	com retorno. Quilometragem diária: 70 km. Veículo com no mínimo: 15 Lugares. Turno: Noturno. (EXCLUSIVO ME E EPP)				
TOTAL ESTIMADO:					R\$ 848.434,00

Fiscalização e Gestão do Processo

1. Atuarão como Fiscais do futuro contrato, os servidores RILDO RÉGIS DE ALMEIDA e VIRMONDES RODRIGUES DE FARIA JÚNIOR indicados pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes, designados conforme **Portaria nº 4.506 de 11 de agosto de 2021.**
2. A gestão do processo será realizada pelo secretário responsável pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.
3. Caberá ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento da execução do objeto.

Qualificação técnica

Declaração de disponibilidade do pessoal técnico especializado para integrar a equipe que prestará os serviços do objeto da licitação, assinada pelo representante legal da empresa e que atenda as exigências mínimas constantes na descrição geral dos serviços.

Justificativa da qualificação técnica

A documentação solicitada no tópico “Qualificação Técnica” é autorizada pelo Artigo 30, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e objetiva certificar a habilitação e aptidão para a realização dos serviços ora contratados, amparando o CONTRATANTE na execução dos serviços nos quesitos de segurança e qualidade.

Prazo, local, condições de execução, responsável pela fiscalização, endereço eletrônico (e-mail) e telefone.

Os serviços deverão ser prestados diariamente, nos dias letivos, nas rotas e horários estabelecidos por esta Secretaria, havendo funcionário responsável para fiscalização da execução do objeto contratado.

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, ficando o mesmo passível de penalidades e sanções, inclusive rescisão.

O Município designará funcionário responsável **para fiscalização do objeto conforme exigência do Decreto Municipal 3912 de 05 de Maio de 2008**, não podendo este cobrar taxas e despesas adicionais.

O endereço eletrônico e contatos da Secretaria Municipal de Educação e Esportes: Rildo Régis de Almeida / Virmondes Rodrigues de Faria Júnior – Telefones (37) 3322-4106 / (37) 3329-6750, de 08:00h às 11:30h e de 13:00h às 17:00h e/ou pelo email: transporteeducacao@hotmail.com

Condições e prazos de pagamento

1. O pagamento decorrente da concretização do objeto licitado será mensal e efetuado pela **Tesouraria Municipal**, por processo legal, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Solicitação de Fornecimento / Serviço - AF e Nota Fiscal / Fatura corretamente.
2. Os pagamentos à CONTRATADA somente serão realizados mediante a efetiva prestação dos serviços nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio de atestação no documento fiscal correspondente pela secretaria requisitante.
3. A Nota Fiscal / Fatura deverá ser emitida pela contratada em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.
4. As notas fiscais deverão ser emitidas observando às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1234 de 11 de janeiro de 2012 e Decreto Municipal nº 9961 de 05 de maio de 2023.
5. **O Fiscal e/ou a Secretaria de Fazenda no Setor de Contabilidade**, identificando qualquer divergência na Nota Fiscal / Fatura, deverá devolvê-la à

contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

6. O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado por meio de depósito em Conta Bancária a ser informada pela CONTRATADA ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

7. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da CONTRATADA, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do Contrato.

8. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da CONTRATADA.

Obrigações da contratante

1. Emitir Solicitação de Fornecimento/Serviço;
2. Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente;
3. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas. A Administração pagará o preço homologado conforme contrato firmado, fiscalizará e gerenciará a execução do contrato e valores contratados conforme exigência do **Decreto Municipal 3912 de 05 de Maio de 2008 e Leis aplicáveis**;
4. Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
5. Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Termo;
6. Notificar à CONTRATADA, sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços, e na qualidade dos materiais, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.

Obrigações da contratada

1. Executar os serviços dentro das condições estabelecidas em conformidade com a descrição técnica contida neste Termo.
2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir de imediato e às suas expensas, serviços em que se verifiquem irregularidades, vícios, defeitos ou incorreção resultante da execução dos serviços ou de materiais empregados, sem ônus para o Município.
3. Os serviços deverão ser efetuados mediante Solicitação de Fornecimento/Serviço da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por e-mail ou fax, devendo nela constar: a data, o valor unitário do serviço, a quantidade de quilometragem pretendida, o local do percurso, o carimbo e a assinatura do responsável.
4. Prestar os serviços observando todas as normas expedidas pelo CONTRAN/DETRAN/DENATRAN de modo a garantir a segurança dos alunos.
5. Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo e Edital, seus anexos e na proposta, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - i) Os veículos utilizados na prestação dos serviços devem estar em estado de conservação compatível com a prestação dos serviços, inclusive, dotados dos equipamentos de segurança necessários e exigidos pela legislação pertinente;
 - j) O CRLV deverá estar no nome da Contratada e ser referente ao ano vigente, ou do ano anterior desde que anexados os comprovantes de pagamento do IPVA e Taxa de Licenciamento do ano vigente;
 - k) Os veículos devem estar registrados como categoria de Aluguel (Placa Vermelha);
 - l) Os veículos devem ser equipados com Tacógrafo devidamente selado;
 - m) O motorista deve possuir CNH categoria D e cursos de transporte escolar;
 - n) Prestar os serviços nas rotas, dias e horários estabelecidos pela secretaria requisitante, observando todas as normas de segurança de modo a garantir a segurança dos alunos;
 - o) Tratar com cortesia e urbanidade os alunos transportados, os servidores encarregados da coordenação do transporte e os fiscais do Município;
 - p) Manter os veículos sempre limpos, em condições ideais de segurança com os requisitos exigidos pela legislação de trânsito, apropriado ao transporte escolar e conforme laudo de vistoria;
6. Informar para a Tesouraria do Município os dados bancários para futuros pagamentos, por meio do endereço eletrônico: tesourariapmf@gmail.com.

Obrigações e Responsabilidades do Monitor

No transporte referente à linha do **Item 2**, deverá ser disponibilizado (a) pela CONTRATADA um (a) monitor (a) maior de 18 anos, para acompanhamento dos alunos, às suas expensas, sem qualquer vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal, para acompanhamento e assistência, visando a segurança dos alunos durante o transporte.

O (a) monitor (a) deverá:

1. Permanecer no veículo de transporte de estudantes durante todo o trajeto, ida e volta, auxiliando e orientando o embarque e desembarque dos alunos, bem como zelando por sua segurança e integridade.
2. Orientar os alunos a se manterem sentados durante o trajeto.
3. Assegurar que todos os alunos transportados estão usando o cinto de segurança, regularmente afixado.
4. Manter as portas do veículo fechadas quando o mesmo estiver em movimento.
5. Manter as janelas do veículo abertas quando necessário, porém, sempre zelando pela segurança dos alunos, afim de evitar riscos e acidentes.
6. Permitir e facilitar a fiscalização pelos agentes e autoridades de trânsito, caso necessário.

Documentação complementar

2. A empresa declarada vencedora deverá apresentar aos fiscais do contrato, no Setor de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato, a seguinte documentação:
 - a) Cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV referente ao ano vigente, ou do ano anterior desde que anexados os comprovantes de pagamento do IPVA e Taxa de Licenciamento do ano vigente, do veículo que será utilizado pelo proponente na prestação dos serviços;
 - b) Cópia da carteira nacional de habilitação do condutor indicado pela Contratada para a condução do veículo que irá prestar os serviços;
 - c) Cópia da consulta de pontuação na CNH emitida no site do DETRAN, a fim de comprovar a conformidade com o disposto no artigo 138, IV da Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro);
 - d) Cópia da apólice de seguro de acidentes pessoais de passageiros (APP);
 - e) Cópia do Certificado do Curso Técnico especial para Condutores (SEST/SENAT ou outro compatível com o objeto ora licitado), conforme determinado pelo art.145, IV da

Lei nº 9.503/97(Código de Trânsito Brasileiro) e pela resolução 789/2020 do CONTRAN, do condutor indicado pela Contratada para a condução do veículo que irá prestar os serviços;

- f) Laudo de vistoria técnica de inspeção veicular, emitido pelo INMETRO, ou por entidades ou empresas por ele credenciadas, atestando serem adequadas às condições de manutenção, conservação, segurança e preservação de suas características técnicas, do ano em vigor, conforme **Decreto Municipal nº 4.458 de dezembro de 2009**;
- g) Certificado de Verificação do Cronotacógrafo (emitido pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (<http://cronotacografo.rbmlq.gov.br>));
- h) Planilha de custos para cumprimento do objeto, discriminando os percentuais de custos com combustível, mão de obra, manutenção do veículo, etc, de forma que totalize o percentual de cem por cento.

Observação: A exigência da documentação complementar visa certificar que o condutor/prestador de serviços encontra-se em dia com o exigido no Código Brasileiro de Trânsito, de forma a não expor os alunos a um serviço sem os requisitos técnicos e os cuidados especiais necessários. O prazo estipulado para apresentação da documentação levou em consideração o tempo necessário para a emissão dos mesmos, bem como a não onerar possíveis interessados no objeto do certame, já que a exigência será tão somente para aquele declarado vencedor na licitação. Enfatiza, por importante, que deve o gestor primar pelos necessários cuidados em termos de qualidade e segurança na oferta do serviço em consonância com o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97).

Da modalidade

Optou-se pela modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA** regida pelo Decreto Federal 10.024/2019, pela Lei nº 10.520/2002 e de forma subsidiária pela Lei Federal nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores, considerando-se que esta modalidade de licitação é aplicada em aquisição de bens comuns pelo menor preço. Os itens que compõem o objeto são classificados como bens – equipamentos e acessórios - em conformidade com o disposto no artigo 1º, parágrafo único da Lei nº 10.520/02.

Critério de avaliação das propostas

O julgamento das propostas será o menor preço por item.

Dotação orçamentária

As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

*12.002.12.361.17.2124.3.3.90.39 – Manutenção do Serviço de Transporte Escolar – FEB30

*12.001.12.361.17.2118.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar – ENSINO

*12.001.12.361.17.2498.3.3.90.39 - Manutenção do Transporte Escolar – PTE

*12.001.12.362.17.2531.3.3.90.39 - Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Médio - PTE

*12.001.12.361.17.2120.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar – FUNDAMENTAL PNATE

*12.001.12.362.17.2122.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar – ENSINO MÉDIO - PNATE

*12.001.12.365.17.2123.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar – EDUCAÇÃO INFANTIL – PNATE

*12.001.12.361.21.2135.3.3.90.39 – Manutenção do Ensino Fundamental – QESE

*12.001.12.365.21.2143.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil – Pré-Escola – QESE

"Serão utilizados recursos da União provenientes de transferência compulsória e de transferência voluntária para pagamento dos serviços."

Valores referenciais de mercado

Será anexado no edital convocatório o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, em cumprimento ao disposto no inciso II do § 2º do artigo 40 da Lei nº 8.666/93, obtidos pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública e no setor privado.

Vigência do contrato

Os contratos vigorarão pelo prazo de **12 (doze) meses**, a contar da data do início da vigência que será **01/02/2024**. Tal fato se justifica por haver contrato vigente sendo necessário aguardar o seu término.

Todos os contratos terão eficácia legal a partir da publicação de seus extratos, podendo ser prorrogados conforme art. 57, II da Lei 8.666/93.

Do Reajuste

1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 28/11/2023.
3. Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida,
6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro

1. A concessão de reequilíbrio econômico-financeiro através da revisão é condicionada à exaustiva e analítica demonstração, pelas fornecedoras, da ocorrência de álea econômica extraordinária e extracontratual decorrente da superveniência de fatos

imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores
ou

impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso
fortuito

ou fato do príncipe, na forma do art. 65, II, “d”, da Lei 8.666/93.

2. Para que se delibere quanto ao reequilíbrio econômico-financeiro, a contratada
deverá encaminhar à Diretoria de Compras Públicas, pedido solicitando alteração
de

preços juntamente com a documentação comprobatória e hábil, dimensionando e
estimando, de forma mais analítica e robusta possível a dimensão do impacto dos
fatos alegados sobre as obrigações fixadas no contrato, categorizando de forma
conclusiva no sentido da extraordinariedade da variação de preços alegados pela
contratada.

4. Nos pedidos de revisão de preços, é obrigação da contratada demonstrar que no
valor resultante da revisão foi considerada a diferença percentual entre o preço de
referência fixado pela Administração e a proposta por ela ofertada, sendo dever do
gestor, por meio de sua equipe técnica, verificar e atestar se o percentual de
equilíbrio

solicitado está em conformidade com os padrões de mercado, o que se efetivará
através de pesquisa de preço ou outro meio compatível.

5. O início da vigência do novo valor será da data da publicação do Termo Aditivo
na
imprensa oficial.

6. A suspensão ou interrupção da execução dos contratos, durante a análise dos
pedidos de sua revisão sem expressa concordância do gestor do contrato,
ensejará a
aplicação das sanções previstas no contrato.

7. Endereço da Diretoria de Compras Públicas: Rua Barão de Piumhi, nº92 A - 2º
Andar, Centro, CEP:35.570-128. Email: reequilibrioformiga@gmail.com OU
juridicoelicitacao@gmail.com.

Resultados esperados

Espera-se com a realização desta contratação oferecer aos alunos residentes nas Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Transporte Escolar para possibilitar o acesso de alunos residentes nas Comunidades Rurais de Quilombo, Pontevila, Lucianos, Segredo, Moita Fria, Capoeira Grande, Barra Mansa, Córrego Seco, Padre Trindade, Boa Esperança e imediações à rede escolar do Município, um transporte adequado e eficiente, possibilitando aos alunos o acesso à rede escolar do município, conseqüentemente a permanência destes na escola e também o recebimento de material pedagógico para seu processo de ensino aprendizagem.

Penalidades

2. Nas hipóteses de descumprimento contratual, inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:
 - a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto e à Administração.
 - b) Ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Formiga, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa jurídica, que praticar qualquer dos atos contemplados no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no artigo 49 do Decreto Federal nº 10.024/2019.
3. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:
 - a) Multa compensatória no percentual de até **10% (dez por cento)**, calculada sobre o valor total do contrato, pela *recusa em assinar* o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no Art. 87 da Lei 8666/1993;
 - b) Multa de mora no percentual de até **15% (quinze por cento)**, calculada sobre o valor do contrato pela inadimplência até o limite de 05 (cinco) dias, caracterizando a inexecução parcial do mesmo;
 - c) Multa compensatória no percentual de até **30% (trinta por cento)**, calculada sobre o valor do contrato pela inadimplência, além do prazo de 05 (cinco) dias, caracterizando a inexecução total do mesmo.

4. A aplicação das penalidades capituladas nos subitens anteriores não impossibilitará a incidência das demais cominações legais contempladas no art. 87 da Lei 8.666/1993.
5. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da autoridade superior devidamente justificado.
6. O montante da multa poderá, a critério do Município de Formiga-MG, ser cobrado de imediato ou compensado com valores de pagamentos devidos ao fornecedor.
7. Para efeito de aplicação de qualquer penalidade, são assegurados o contraditório e a ampla defesa.
8. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Condições gerais

Para consulta e conhecimento dos interessados, o protocolo do Edital permanecerá afixado no quadro de avisos localizado na Rua Barão de Piumhi, 92 (1º Andar) – Centro - Formiga–MG, cuja cópia poderá ser obtida através do Site www.formiga.mg.gov.br ou através de requerimento dirigido à Diretoria de Compras Públicas, na Rua Barão de Piumhi 92 A (2º Andar) - Centro - Formiga–MG.

O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá integralmente a Lei nº 8666/1993, Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 10.024/2019 e suas alterações, bem como o Decreto Municipal 3912 de 05 de Maio de 2008 e as demais normas e condições estabelecidas no Edital.

O edital será disponibilizado no endereço eletrônico www.formiga.mg.gov.br ou podendo ser solicitado pelo e-mail pregoeirospmformiga@gmail.com.

Formiga, 28 de novembro de 2023.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA
Diretoria de Compras Públicas

RUA BARÃO DE PIUMHI, 92 A (2º ANDAR) - CENTRO - FORMIGA – MG

TELEFONE: (037) 3329 1844

TELEFAX: (037) 3329 1843

CEP 35570-128

EMAIL: pregoeirosformiga@gmail.com

Elaborado por: _____

Laiana Naira de Castro

Aprovado por: _____

Jaderson Teixeira

Secretário Municipal De Educação e Esportes

ANEXO 02

MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 204/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº: / 202___

Pelo presente contrato, tendo, de um lado, o **MUNICÍPIO DE FORMIGA-MG**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no C.N.P.J. sob o n.º: 16.784.720/0001-25, com sua sede administrativa localizada na Rua Barão de Piumhi, n.º: 121, Centro, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, **Sr Eugênio Vilela Júnior**, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado nesta cidade de Formiga - MG, portador do C.P.F. n.º: 799.185.496-53 e R.G. n.º: M 5.187.246 SSP/MG, a seguir denominado simplesmente “**CONTRATANTE**” e, de outro lado, a empresa-----, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º: ----- e Inscrição Estadual n.º: -----, estabelecida em -----, na Rua -----, neste ato, representada por seu Diretor, Sr.-----, brasileiro, estado civil , profissão , residente e domiciliado em -----, na -----, portador do C.P.F. n.º: -----, R.G. n.º. - ----- e -----, doravante denominada “**CONTRATADA**”, resolvem firmar o presente contrato de prestação de serviços, como especificado em seu objeto, em conformidade com o **Processo Licitatório n.º: 204/2023**, na modalidade **Pregão Eletrônico n.º: 100/2023**, sob a regência da Lei Federal n.º 8.666/93, Lei Federal n.º 10.520/02, Decreto n.º 10.024/19 e demais normas pertinentes, mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA POSSIBILITAR O ACESSO DE ALUNOS RESIDENTES NAS COMUNIDADES RURAIS DE QUILOMBO, PONTEVILA, LUCIANOS, SEGREDO, MOITA FRIA, CAPOEIRA GRANDE, BARRA MANSA, CÓRREGO SECO, PADRE TRINDADE, BOA ESPERANÇA E IMEDIAÇÕES À REDE ESCOLAR DO MUNICÍPIO E PARA ENTREGA DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA ESTES ALUNOS A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES.

1.2. Valor contratado pela administração é de R\$

1.3. Os serviços, objeto deste contrato, serão executados em obediência ao Edital Convocatório e anexos, que passam a fazer parte integrante deste contrato, como se nele transcritos estivessem.

1.4. Integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Termo de Referência e a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

2.1. Este contrato regular-se-á pela legislação indicada no preâmbulo e pelos preceitos de direito público, aplicando supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei nº 8.666/93.

2.2. São condições de execução do presente Contrato:

2.2.1. Os serviços contratados deverão ser executados dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade.

2.2.2. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, sem autorização por escrito, ficando o mesmo passível de penalidades e sanções, inclusive rescisão.

2.2.3. A tolerância do **CONTRATANTE**, com qualquer atraso ou inadimplemento por parte da **CONTRATADA**, não importará, de forma alguma, em alteração contratual ou novação, podendo o **CONTRATANTE** exercer seus direitos a qualquer tempo.

2.2.4. Toda a documentação apresentada no Instrumento Convocatório e seus Anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

2.2.5. O pessoal empregado na execução dos serviços não terá qualquer vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**, sendo de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** todos os encargos decorrentes das relações de trabalho.

2.2.6. Compete ainda à **CONTRATADA**, toda e qualquer responsabilidade, civil, penal, previdenciária e fiscal, com o pessoal empregado ou com terceiros, oriundas da execução deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

3.1. A **CONTRATADA** responderá por todo e qualquer dano provocado ao Município, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo Município, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas no presente Contrato.

3.1.1. Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pelo Município, decorrentes do não cumprimento ou do cumprimento deficiente pela **CONTRATADA** de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pelo **MUNICÍPIO** a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

3.2. Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas contratualmente como de responsabilidade da **CONTRATADA** for apresentada ou chegar ao conhecimento do **MUNICÍPIO**, este comunicará a **CONTRATADA** por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar ao **MUNICÍPIO** a devida

comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela CONTRATADA não a eximem das responsabilidades assumidas perante o MUNICÍPIO nos termos desta cláusula.

3.3. Quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas do **MUNICÍPIO**, nos termos desta cláusula, deverão ser pagos pela **CONTRATADA**, independentemente do tempo.

CLÁUSULA QUARTA: CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

4.1. O objeto será aceito após a verificação pelo FISCAL nomeado, responsável pela inspeção do contrato do cumprimento de todas as obrigações e especificações constantes no contrato, no edital e nos demais documentos integrantes do processo licitatório, e ainda em conformidade com a legislação de regência.

4.2. Segue descrição abaixo, onde encontra-se todas as especificações do objeto, como por exemplo tipo de veículo, capacidade mínima de lugares, quilometragem diária, rota.

A natureza da prestação do serviço será por item.

Item	Descrição	Unid	Quant.
01	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na Comunidade de Quilombo, Arapé I, II e III e imediações, Comunidade de Batatas, para diversas escolas do município, tendo como ponto final a E. E. Joaquim Rodarte, com retorno. Quilometragem diária: 121 km. Veículo com no mínimo: 15 lugares. Turno: Matutino e Vespertino. (AMPLA CONCORRÊNCIA)	KM	24.200
02	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na E. M. Florêncio Rodrigues Nunes, Furnastur, Edentur, Fazenda Ponte Alta e imediações, com retorno. Necessita de monitor. Quilometragem diária: 65 km. Veículo com no mínimo: 39 lugares. Turno: Vespertino. (AMPLA CONCORRÊNCIA)	KM	13.000
03	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na Comunidade de Lucianos e imediações, para diversas escolas do município, tendo como ponto final a E. M. CAIC, com retorno. Quilometragem diária: 65 km. Veículo com no mínimo: 15 lugares. Turno: Matutino. (EXCLUSIVO ME E EPP)	KM	13.000
04	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na Comunidade de Segredo e imediações, para diversas escolas do município, tendo como ponto final a E. M. CAIC, com retorno. Quilometragem diária: 72 km. Veículo com no mínimo: 15 lugares.	KM	14.400

Item	Descrição	Unid	Quant.
	Turno: Matutino. (EXCLUSIVO ME E EPP)		
05	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na Comunidade de Moita Fria, Comunidade de Morro Cavado e imediações, Córrego do Barro e imediações, Santa Rita e imediações, para diversas escolas do município, tendo como ponto final a E. E. Jalcira Santos Valadão, com retorno. Quilometragem diária: 110 km. Veículo com no mínimo: 15 lugares. Turno: Matutino. (AMPLA CONCORRÊNCIA)	KM	22.000
06	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na Comunidade de Capoeira Grande e imediações, para a E. M. Florêncio Rodrigues Nunes, com retorno. Quilometragem diária: 139 km. Veículo com no mínimo: 15 lugares. Turno: Matutino., Vespertino e Noturno. (AMPLA CONCORRÊNCIA)	KM	27.800
07	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na E.E. Jalcira Santos Valadão para a Comunidade Barra Mansa e imediações, Morro Cavado e imediações. Quilometragem diária: 60 km. Veículo com no mínimo: 15 lugares. Turno: Vespertino. (EXCLUSIVO ME E EPP)	KM	12.000
08	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na E. E. Jalcira Santos Valadão para a Comunidade Córrego Seco e imediações. Quilometragem diária: 40 km. Veículo com no mínimo: 15 Lugares. Turno: Vespertino (EXCLUSIVO ME E EPP)	KM	8.000
09	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na E. E. Jalcira Santos Valadão para a Comunidade Padre Trindade e imediações e Morro das Pedras e imediações. Quilometragem diária: 70 km. Veículo com no mínimo: 15 Lugares. Turno: Vespertino (EXCLUSIVO ME E EPP)	KM	14.000
10	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na Comunidade Boa Esperança e imediações, Comunidade Marmelada e imediações, Fazenda Ponte Alta e Carrefurnas para a E. M. Florêncio Rodrigues Nunes, com retorno. Quilometragem diária: 70 km.	KM	14.000

Item	Descrição	Unid	Quant.
	Veículo com no mínimo: 15 Lugares. Turno: Noturno. (EXCLUSIVO ME E EPP)		

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. DA CONTRATANTE

5.1.1. Emitir Solicitação de Fornecimento/Serviço;

5.1.2. Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente;

5.1.3. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas. A Administração pagará o preço homologado conforme contrato firmado, fiscalizará e gerenciará a execução do contrato e valores contratados conforme exigência do **Decreto Municipal 3912 de 05 de Maio de 2008 e Leis aplicáveis;**

5.1.4. Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

5.1.5. Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade e em desconformidade com as especificações desta minuta;

5.1.6. Notificar à CONTRATADA, sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços, e na qualidade dos materiais, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.

5.2. DA CONTRATADA:

5.2.1. Executar os serviços dentro das condições estabelecidas em conformidade com a descrição técnica contida nesta minuta.

5.2.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir de imediato e às suas expensas, serviços em que se verifiquem irregularidades, vícios, defeitos ou incorreção resultante da execução dos serviços ou de materiais empregados, sem ônus para o Município.

5.2.3. Os serviços deverão ser efetuados mediante Solicitação de Fornecimento/Serviço da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por e-mail ou fax, devendo nela constar: a data, o valor unitário do serviço, a quantidade de quilometragem pretendida, o local do percurso, o carimbo e a assinatura do responsável.

5.2.4. Prestar os serviços observando todas as normas expedidas pelo CONTRAN/DETRAN/DENATRAN de modo a garantir a segurança dos alunos.

5.2.5. Cumprir todas as obrigações constantes nesta minuta no Edital, seus anexos e na proposta, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) Os veículos utilizados na prestação dos serviços devem estar em estado de conservação compatível com a prestação dos serviços, inclusive, dotados dos equipamentos de segurança necessários e exigidos pela legislação pertinente;

- b) O CRLV deverá estar no nome da Contratada e ser referente ao ano vigente, ou do ano anterior desde que anexados os comprovantes de pagamento do IPVA e Taxa de Licenciamento do ano vigente;
 - c) Os veículos devem estar registrados como categoria de Aluguel (Placa Vermelha);
 - d) Os veículos devem ser equipados com Tacógrafo devidamente selado;
 - e) O motorista deve possuir CNH categoria D e cursos de transporte escolar;
 - f) Prestar os serviços nas rotas, dias e horários estabelecidos pela secretaria requisitante, observando todas as normas de segurança de modo a garantir a segurança dos alunos;
 - g) Tratar com cortesia e urbanidade os alunos transportados, os servidores encarregados da coordenação do transporte e os fiscais do Município;
 - h) Manter os veículos sempre limpos, em condições ideais de segurança com os requisitos exigidos pela legislação de trânsito, apropriado ao transporte escolar e conforme laudo de vistoria;
- 5.2.6.** Informar para a Tesouraria do Município os dados bancários para futuros pagamentos, por meio do endereço eletrônico: tesourariapmf@gmail.com.

5.3. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO MONITOR (ESSE ITEM É SOMENTE PARA A EMPRESA VENCEDORA DO ITEM 2)

5.3.1. No transporte referente à linha do **Item 2**, deverá ser disponibilizado (a) pela CONTRATADA um (a) monitor (a) maior de 18 anos, para acompanhamento dos alunos, às suas expensas, sem qualquer vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal, para acompanhamento e assistência, visando a segurança dos alunos durante o transporte.

5.3.2. O (a) monitor (a) deverá:

5.3.2.1. Permanecer no veículo de transporte de estudantes durante todo o trajeto, ida e volta, auxiliando e orientando o embarque e desembarque dos alunos, bem como zelando por sua segurança e integridade.

5.3.2.2. Orientar os alunos a se manterem sentados durante o trajeto.

5.3.2.3. Assegurar que todos os alunos transportados estão usando o cinto de segurança, regularmente afixado.

5.3.2.4. Manter as portas do veículo fechadas quando o mesmo estiver em movimento.

5.3.2.5. Manter as janelas do veículo abertas quando necessário, porém, sempre zelando pela segurança dos alunos, afim de evitar riscos e acidentes.

5.3.2.6. Permitir e facilitar a fiscalização pelos agentes e autoridades de trânsito, caso necessário.

5.4. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

5.4.1. A empresa declarada vencedora deverá apresentar aos fiscais do contrato, no Setor de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato, a seguinte documentação:

a) Cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV referente ao ano vigente, ou do ano anterior desde que anexados os comprovantes de pagamento do IPVA e Taxa de Licenciamento do ano vigente, do veículo que será utilizado pelo proponente na prestação dos serviços;

- b) Cópia da carteira nacional de habilitação do condutor indicado pela Contratada para a condução do veículo que irá prestar os serviços;
- c) Cópia da consulta de pontuação na CNH emitida no site do DETRAN, a fim de comprovar a conformidade com o disposto no artigo 138, IV da Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro);
- d) Cópia da apólice de seguro de acidentes pessoais de passageiros (APP);
- e) Cópia do Certificado do Curso Técnico especial para Condutores (SEST/SENAT ou outro compatível com o objeto ora licitado), conforme determinado pelo art.145, IV da Lei nº 9.503/97(Código de Trânsito Brasileiro) e pela resolução 789/2020 do CONTRAN, do condutor indicado pela Contratada para a condução do veículo que irá prestar os serviços;
- f) Laudo de vistoria técnica de inspeção veicular, emitido pelo INMETRO, ou por entidades ou empresas por ele credenciadas, atestando serem adequadas às condições de manutenção, conservação, segurança e preservação de suas características técnicas, do ano em vigor, conforme **Decreto Municipal nº 4.458 de dezembro de 2009**;
- g) Certificado de Verificação do Cronotacógrafo (emitido pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (<http://cronotacografo.rbmlq.gov.br>);
- h) Planilha de custos para cumprimento do objeto, discriminando os percentuais de custos com combustível, mão de obra, manutenção do veículo, etc, de forma que totalize o percentual de cem por cento.

5.4.2. Observação: A exigência da documentação complementar visa certificar que o condutor/prestador de serviços encontra-se em dia com o exigido no Código Brasileiro de Trânsito, de forma a não expor os alunos a um serviço sem os requisitos técnicos e os cuidados especiais necessários. O prazo estipulado para apresentação da documentação levou em consideração o tempo necessário para a emissão dos mesmos, bem como a não onerar possíveis interessados no objeto do certame, já que a exigência será tão somente para aquele declarado vencedor na licitação. Enfatiza, por importante, que deve o gestor primar pelos necessários cuidados em termos de qualidade e segurança na oferta do serviço em consonância com o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97).

CLÁUSULA SEXTA: PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO, ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) E TELEFONE.

6.1. Os serviços deverão ser prestados diariamente, nos dias letivos **conforme Calendário Escolar 2024 (Anexo 05 do Edital Convocatório)**, nas rotas e horários estabelecidos por esta Secretaria, havendo funcionário responsável para fiscalização da execução do objeto contratado.

6.2. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, ficando o mesmo passível de penalidades e sanções, inclusive rescisão.

6.3. O Município designou funcionário responsável **para fiscalização do objeto conforme exigência do Decreto Municipal 3912 de 05 de Maio de 2008**, citado no cláusula décima quinta desta minuta, não podendo este cobrar taxas e despesas adicionais.

6.4. O endereço eletrônico e contatos da Secretaria Municipal de Educação e Esportes: Rildo Régis de Almeida / Virmondes Rodrigues de Faria Júnior – Telefones (37) 3322-

4106 / (37) 3329-6750, de 08:00h às 11:30h e de 13:00h às 17:00h e/ou pelo email:
transporteeducacao@hotmail.com

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO

7.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução dos serviços contratados, a importância do valor de R\$ _____.

7.2. Os preços contratuais serão os constantes na proposta.

7.3. O preço pelos serviços contratados inclui mão de obra, todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, encargos e constitui a única remuneração pela execução dos serviços.

7.4. O CONTRATANTE reserva-se no direito de, em qualquer ocasião, fazer alteração no contrato ou especificações, que impliquem redução ou aumento de serviços, de que resulte ou não correção do valor contratual, obedecido o limite previsto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93, caso em que serão utilizados os preços unitários constantes da proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA: CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento decorrente da concretização do objeto licitado será mensal e efetuado pela **Tesouraria Municipal**, por processo legal, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Solicitação de Fornecimento / Serviço - AF e Nota Fiscal / Fatura corretamente.

8.2. Os pagamentos à CONTRATADA somente serão realizados mediante a efetiva prestação dos serviços nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio de atestação no documento fiscal correspondente pela secretaria requisitante.

8.3. A Nota Fiscal / Fatura deverá ser emitida pela contratada em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

8.4. As notas fiscais deverão ser emitidas observando às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB n.º 1234 de 11 de janeiro de 2012 e Decreto Municipal n.º 9961 de 05 de maio de 2023.

8.5. O Fiscal e/ou a **Secretaria de Fazenda no Setor de Contabilidade**, identificando qualquer divergência na Nota Fiscal / Fatura, deverá devolvê-la à contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

8.6. O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado por meio de depósito em Conta Bancária a ser informada pela CONTRATADA ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

8.7. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da CONTRATADA, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do Contrato.

8.8. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

*12.002.12.361.17.2124.3.3.90.39 – Manutenção do Serviço de Transporte Escolar – FEB30

*12.001.12.361.17.2118.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar – ENSINO

*12.001.12.361.17.2498.3.3.90.39 - Manutenção do Transporte Escolar – PTE

*12.001.12.362.17.2531.3.3.90.39 - Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Médio - PTE

*12.001.12.361.17.2120.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar – FUNDAMENTAL PNATE

*12.001.12.362.17.2122.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar – ENSINO MÉDIO - PNATE

*12.001.12.365.17.2123.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar – EDUCAÇÃO INFANTIL – PNATE

*12.001.12.361.21.2135.3.3.90.39 – Manutenção do Ensino Fundamental – QESE

*12.001.12.365.21.2143.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil – Pré-Escola – QESE

9.2. "Serão utilizados recursos da União provenientes de transferência compulsória e de transferência voluntária para pagamento dos serviços."

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE

10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 28/11/2023.

10.2. Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida,

10.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1. Os contratos vigorarão pelo prazo de **12 (doze) meses**, a contar da data do início da vigência que será **01/02/2024**. Tal fato se justifica por haver contrato vigente sendo necessário aguardar o seu término.

11.2. Todos os contratos terão eficácia legal a partir da publicação de seus extratos, podendo ser prorrogados conforme art. 57, II da Lei 8.666/93.

11.3. A concessão de reequilíbrio econômico-financeiro através da revisão é condicionada à exaustiva e analítica demonstração, pelas fornecedoras, da ocorrência de álea econômica extraordinária e extracontratual decorrente da superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, na forma do art. 65, II, “d”, da Lei 8.666/93.

11.4. Para que se delibere quanto ao reequilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá encaminhar à Diretoria de Compras Públicas, pedido solicitando alteração de preços juntamente com a documentação comprobatória e hábil, dimensionando e estimando, de forma mais analítica e robusta possível a dimensão do impacto dos fatos alegados sobre as obrigações fixadas no contrato, categorizando de forma conclusiva no sentido da extraordinariedade da variação de preços alegados pela contratada.

11.5. Nos pedidos de revisão de preços, é obrigação da contratada demonstrar que no valor resultante da revisão foi considerada a diferença percentual entre o preço de referência fixado pela Administração e a proposta por ela ofertada, sendo dever do gestor, por meio de sua equipe técnica, verificar e atestar se o percentual de equilíbrio solicitado está em conformidade com os padrões de mercado, o que se efetivará através de pesquisa de preço ou outro meio compatível.

11.6. O início da vigência do novo valor será da data da publicação do Termo Aditivo na imprensa oficial.

11.7. A suspensão ou interrupção da execução dos contratos, durante a análise dos pedidos de sua revisão sem expressa concordância do gestor do contrato, ensejará a aplicação das sanções previstas no contrato.

11.8. Endereço da Diretoria de Compras Públicas: Rua Barão de Piumhi, nº92 A - 2º Andar, Centro, CEP:35.570-128. Email: reequilibrioformiga@gmail.com

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES:

12.1. Nas hipóteses de descumprimento contratual, inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto e à Administração.

b) Ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Formiga, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa jurídica, que praticar qualquer dos atos contemplados no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no artigo 49 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

12.2. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

a) Multa compensatória no percentual de até **10% (dez por cento)**, calculada sobre o valor total do contrato, pela *recusa em assinar* o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no Art. 87 da Lei 8666/1993;

b) Multa de mora no percentual de até **15% (quinze por cento)**, calculada sobre o valor do contrato pela inadimplência até o limite de 05 (cinco) dias, caracterizando a inexecução parcial do mesmo;

c) Multa compensatória no percentual de até **30% (trinta por cento)**, calculada sobre o valor do contrato pela inadimplência, além do prazo de 05 (cinco) dias, caracterizando a inexecução total do mesmo.

12.3. A aplicação das penalidades capituladas nos subitens anteriores não impossibilitará a incidência das demais cominações legais contempladas no art. 87 da Lei 8.666/1993.

12.4. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da autoridade superior devidamente justificado.

12.5. O montante da multa poderá, a critério do Município de Formiga-MG, ser cobrado de imediato ou compensado com valores de pagamentos devidos ao fornecedor.

12.6. Para efeito de aplicação de qualquer penalidade, são assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.7. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. O presente Contrato poderá ser rescindido:

a) Por ato unilateral e escrito do Município, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

b) Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

c) Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

13.2. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA VINCULAÇÃO CONTRATUAL

14.1. Este contrato está vinculado de forma total e plena ao **Processo Licitatório n.º: 204/2023 – Pregão Eletrônico n.º: 100/2023**, que lhe deu causa, para cuja execução exigir-se-á rigorosa obediência ao Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA FISCALIZAÇÃO

15.1. Atendendo às exigências contidas no inciso III do art. 58 e §§ 1º e 2º, do artigo 67 da Lei nº. 8.666 de 1993, foram designados pela autoridade competente, através da **PORTARIA Nº 4.506, DE 11 DE AGOSTO DE 2021**, os agentes **RILDO RÉGIS DE ALMEIDA E VIRMONDES RODRIGUES DE FARIA JÚNIOR**, para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços como representantes da Administração.

15.2. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução dos serviços executados, o agente fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

15.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades ocorridas durante a execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

15.4. A CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da propostada CONTRATADA.

15.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do processo serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º do art. 67, da Lei nº. 8.666/93.

15.6. A gestão do processo será realizada pelos secretários responsáveis pelas Secretarias Municipais.

15.7. Caberão aos gestores os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento da execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA PUBLICAÇÃO

16.1. O extrato do presente contrato será publicado por conta da contratante, de acordo com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Formiga - MG, para dirimir quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato. E, por estarem justas, as partes firmam o presente contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Formiga (MG), ----- de ----- de -----.

MUNICÍPIO DE FORMIGA-MG
Eugênio Vilela Júnior
Prefeito Municipal
Contratante

Contratada
Representante/Cargo

Obs: Com a adoção das assinaturas eletrônicas, é possível dispensar as testemunhas, conforme previsto no art. 784 § 4 do CPC.

Testemunhas:

1) _____ 2) _____
Nome: _____ Nome: _____
C.P.F.: _____ C.P.F. _____

ANEXO 03
PREÇO MÉDIO

Item	Descrição	Unid	Quant.	Valor Médio Unit.	Valor Médio Total
01	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na Comunidade de Quilombo, Arapé I, II e III e imediações, Comunidade de Batatas, para diversas escolas do município, tendo como ponto final a E. E. Joaquim Rodarte, com retorno. Quilometragem diária: 121 km. Veículo com no mínimo: 15 lugares. Turno: Matutino e Vespertino. (AMPLA CONCORRÊNCIA)	KM	24.200	R\$ 5,11	R\$ 123.662,00
02	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na E. M. Florêncio Rodrigues Nunes, Furnastur, Edentur, Fazenda Ponte Alta e imediações, com retorno. Necessita de monitor. Quilometragem diária: 65 km. Veículo com no mínimo: 39 lugares. Turno: Vespertino. (AMPLA CONCORRÊNCIA)	KM	13.000	R\$ 7,38	R\$ 95.940,00
03	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na Comunidade de Lucianos e imediações, para diversas escolas do município, tendo como ponto final a E. M. CAIC, com retorno. Quilometragem diária: 65 km. Veículo com no mínimo: 15 lugares. Turno: Matutino. (EXCLUSIVO ME E EPP)	KM	13.000	R\$ 5,10	R\$ 66.300,00
04	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na Comunidade de Segredo e imediações, para diversas escolas do município, tendo como ponto final a E. M. CAIC, com retorno. Quilometragem diária: 72 km. Veículo com no mínimo: 15	KM	14.400	R\$ 5,08	R\$ 73.152,00

Item	Descrição	Unid	Quant.	Valor Médio Unit.	Valor Médio Total
	lugares. Turno: Matutino. (EXCLUSIVO ME E EPP)				
05	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na Comunidade de Moita Fria, Comunidade de Morro Cavado e imediações, Córrego do Barro e imediações, Santa Rita e imediações, para diversas escolas do município, tendo como ponto final a E. E. Jalcira Santos Valadão, com retorno. Quilometragem diária: 110 km. Veículo com no mínimo: 15 lugares. Turno: Matutino. (AMPLA CONCORRÊNCIA)	KM	22.000	R\$ 5,05	R\$ 111.100,00
06	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na Comunidade de Capoeira Grande e imediações, para a E. M. Florêncio Rodrigues Nunes, com retorno. Quilometragem diária: 139 km. Veículo com no mínimo: 15 lugares. Turno: Matutino., Vespertino e Noturno. (AMPLA CONCORRÊNCIA)	KM	27.800	R\$ 4,70	R\$ 130.660,00
07	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na E.E. Jalcira Santos Valadão para a Comunidade Barra Mansa e imediações, Morro Cavado e imediações. Quilometragem diária: 60 km. Veículo com no mínimo: 15 lugares. Turno: Vespertino. (EXCLUSIVO ME E EPP)	KM	12.000	R\$ 5,21	R\$ 62.520,00
08	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início	KM	8.000	R\$ 5,41	R\$ 43.280,00

Item	Descrição	Unid	Quant.	Valor Médio Unit.	Valor Médio Total
	na E. E. Jalcira Santos Valadão para a Comunidade Córrego Seco e imediações. Quilometragem diária: 40 km. Veículo com no mínimo: 15 Lugares. Turno: Vespertino (EXCLUSIVO ME E EPP)				
09	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na E. E. Jalcira Santos Valadão para a Comunidade Padre Trindade e imediações e Morro das Pedras e imediações. Quilometragem diária: 70 km. Veículo com no mínimo: 15 Lugares. Turno: Vespertino (EXCLUSIVO ME E EPP)	KM	14.000	R\$ 5,26	R\$ 73.640,00
10	Transporte Escolar e entrega de materiais pedagógicos com início na Comunidade Boa Esperança e imediações, Comunidade Marmelada e imediações, Fazenda Ponte Alta e Carrefurnas para a E. M. Florêncio Rodrigues Nunes, com retorno. Quilometragem diária: 70 km. Veículo com no mínimo: 15 Lugares. Turno: Noturno. (EXCLUSIVO ME E EPP)	KM	14.000	R\$ 4,87	R\$ 68.180,00
TOTAL ESTIMADO:					R\$ 848.434,00

ANEXO 05
CALENDÁRIO ESCOLAR 2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
Travessa Padre Leão João Dehon, nº 60, Santa Tereza
(37) 3329-1800 / 3322-4106

CALENDÁRIO ESCOLAR 2024
CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS MUNICIPAIS

Em conformidade com a Resolução SEE Nº 4.928, de 17 de novembro de 2023

JANEIRO							0	FEVEREIRO							16	MARÇO							19	ABRIL							22
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S				
	1	2	3	4	5	6				1	2	3						1	2		1	2	3	4	5	6					
7	8	9	10	11	12	13	4	5	6	7	8	9	10	3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13				
14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17	10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20				
21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24	17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27				
28	29	30	31				25	26	27	28	29			24	25	26	27	28	29	30	28	29	30								
														31																	

MAIO							20	JUNHO							20	JULHO							15	AGOSTO							18
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S				
			1	2	3	4						1																			
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	7	8	9	10	11	12	13	4	5	6	7	8	9	10				
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17				
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24				
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29	28	29	30	31				25	26	27	28	29	30	31				
							30																								

SETEMBRO							22	OUTUBRO							18	NOVEMBRO							20	DEZEMBRO							10
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S				
1	2	3	4	5	6	7			1	2	3	4	5						1	2	1	2	3	4	5	6	7				
8	9	10	11	12	13	14	6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9	8	9	10	11	12	13	14				
15	16	17	18	19	20	21	13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16	15	16	17	18	19	20	21				
22	23	24	25	26	27	28	20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23	22	23	24	25	26	27	28				
29	30						27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29	30	29	30	31								

Legenda	
 	Início e Término do Ano Letivo
 	Feriado letivo (6/6) (7/9)
 	Férias/ Recesso
 	Sábado Letivo
 	Dias Escolares
 	Feriados / Dias Santos
 	Reuniões Colegiado Escolar

Descrição Mensal			
MÊS	DL	F	R
Janeiro	0	1	30
Fevereiro	16	1	2
Março	19	1	1
Abril	22	1	0
Maio	20	2	1
Junho	20	1	1
Julho	15	0	8
Agosto	18	1	3
Setembro	22	1	0
Outubro	18	1	5
Novembro	20	2	0
Dezembro	10	1	9
TOTAL	200	13	60

Descrição dos Períodos Letivos:	
1º Período:	5/2 a 30/4 (57 dias)
2º Período:	2/5 a 19/7 (55 dias)
3º Período:	5/8 a 11/10 (49 dias)
4º Período:	21/10 a 13/12 (39 dias)

26 a 28/2 - Assembleia Escolar.
4 a 8/3 - Semana de Combate à Violência contra a Mulher.
21/3 - Dia Internacional contra a Discriminação Racial.
22 a 26/4 - Semana dos Direitos Humanos.
17/5 - Dia Estadual contra a Homofobia.
29/5 - Dia Nacional do Centro Escolar da Educação Básica.
5/6 - Dia Mundial do Meio Ambiente.
12/6 - Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil.
19 a 26/6 - Semana Estadual de Prevenção às Drogas.
12 a 18/8 - Semana Estadual das Juventudes.
26 a 30/8 - Semana Nacional da Educação Infantil.
10/10 - Dia Nacional de Segurança e de Saúde nas Escolas.
29 a 30/10 - Assembleia Escolar.
18 a 22/11 - Semana de Educação para a vida.
16 e 17/12 - Estudos Independentes de Recuperação.

DIA/MÊS	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Sobra	Falta	Dias da Compensação
2ª Feira	3	4	5	4	4	3	4	5	3	4	2	41	1	-	5/fev. equivale a uma quinta.
3ª Feira	3	4	5	4	4	3	4	4	4	4	2	41	1	-	6/fev. equivale a uma sexta.
4ª Feira	3	4	4	4	4	3	4	4	4	4	2	40	-	-	
5ª Feira	4	3	4	4	4	3	3	4	4	4	2	39	-	1	5/fev.
6ª Feira	3	4	4	4	3	3	3	4	3	4	2	37	-	3	6/fev; 22/jun; 07/set.
Sábado	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	2	-	-	
Total	16	19	22	20	20	15	18	22	18	20	10	200	-	-	

Formiga 04 de dezembro de 2023

JADERSON TEIXEIRA
Secretário Municipal de Educação e Esportes


APARECIDA DE SÁ SILVA
Inspetora de Ensino - MASP: 1019788-7
05-12-2023